

O pensamento teológico do Padre António Pereira de Figueiredo

O pensamento teológico do Padre António Pereira de Figueiredo tem de ser auscultado nas obras de natureza teológica, designadamente em algumas “censuras”, mas sobretudo nas numerosas “notas” da tradução da Vulgata. O que escreve sobre a predestinação gratuita ante praevisa merita, sobre a graça eficaz por si mesma, a atrição ou contrição imperfeita, e a vontade salvífica universal de Deus, etc. faz dele um teólogo jansenista.

1. Sobre a predestinação gratuita (ad Rom. Cap. VIII, v. 28 ss.)

Nota (o): *Segundo o seu decreto.* Isto é, conformemente ao seu decreto. E a qual decreto? Ao decreto eterno e imóvel com que antecedentemente a toda a previsão de merecimentos determinou Deus salvar um certo número de homens; e em consequência do tal decreto, determinou chamá-los à santificação por meio da graça. E eis aqui a doutrina da Predestinação gratuita para a glória, tão repetida e inculcada nos escritos de Santo Agostinho. O qual no livro I. *Das Retratações*, cap. 23 expressamente afirma que a vocação que o Apóstolo diz ser *segundo o decreto de Deus*, não é a vocação de todos os que são chamados, mas só a dos escolhidos: *Non omnium, qui vocantur, talis est vocatio, sed tantum electorum.*

Nota (p): *Porque os que ele conheceu na sua presciência*, etc. O texto latino diz *quos prescivit. A presciência* porem neste lugar não é prever os merecimentos futuros, como que a causa da predestinação fosse a previsão dos merecimentos: mas como depois de Estio observa Saci, o mesmo é dizer, *os que ele conheceu na sua presciência*, quer dizer, os que ele desde toda a eternidade escolheu, e como que marcou, e separou do resto dos homens: que assim se toma o verbo *conhecer* em muitos outros lugares da Escritura; isto é, na significação de *aprovar* ou *amar antes*. Como quando o mesmo S. Paulo nesta mesma Epístola, XI, 2, escreve assim: *Non repulit Deus plebem suam, quam prescivit.* Não repeliu Deus o seu Povo, ao qual conheceu na sua presciência, isto é, ao qual amou des da eternidade. E S. Pedro dirige a sua primeira Epístola, *Electis advenis secundum praescientiam Dei Patris*: Aos Estrangeiros escolhidos, segundo a presciência de Deus Padre. Onde na inteligência de todos os bons Intérpretes, a *presciência* não significa previsão do futuro, mas sim preordinação para o futuro. E assim entenderam também Santo Agostinho e Santo Tomás esta *presciência* no negocio da predestinação. Veja-se Arnould na *Nova Defesa do Novo Testamento*, impresso em Mons contra Mr. Mallet, Livro VII, cap. 8.

Nota (q): *E aos que destinou, a estes também chamou*, etc. Clara e exatamente nos ensina o Apóstolo nesta gradação, a ordem dos divinos decretos para o fim da salvação dos escolhidos: pondo primeiro a predestinação para a glória, depois a vocação para a graça por meio da fé, depois a justificação por meio da graça, e ultimamente a glorificação como prêmio da justificação. Desta sorte vem a ser a predestinação da parte de Deus causa de toda a graça, e de todo o merecimento e de toda a gloria dos escolhidos. Isto se confirma admiravelmente, observando que neste e nos seguintes capítulos em que S. Paulo trata *ex professo* deste grande Ponto, sempre o Apóstolo atribui a justificação e salvação do homem, ora ao *decreto*, ora à *vocação* ou chamamento, ora à *eleição* ou escolha de Deus; e nuca às obras do homem, as quais ele expressamente exclui deste negocio. E isto para que entendamos que a causa da predestinação de certos homens para a gloria eterna, não o foi a previsão das obras, que eles haviam de Fazer mas sim a benévola vontade de Deus para com eles.

Esta é a doutrina da predestinação gratuita que Santo Agostinho tão nervosamente defendeu e mostrou das Escrituras e principalmente destes dois capítulos de S. Paulo no Livro da *Correcção e da Graça*, como nos Livros *Contra Juliano*, e no Livro *Da Predestinação dos Santos*. Esta a de que o mesmo Santo Agostinho no Livro *Do Dom da Perseverança*, cap. 18, afirma que sempre a Igreja de Jesus Cristo a crera de Fé: *Hanc Praedestinationis fidem nunquam Ecclesia Christi non habuit*. E no cap. 23 que ele sabia que só errando podia alguém disputar contra esta predestinação: *hoc scio neminem contra hanc praedestinationem... nisi errando disputare potuisse*.

Esta a de que S. Fulgêncio no fim do livro *Da Incarnação e da Graça*, escreve o seguinte: *que todo o que a não crê, e confessa, se antes da morte se não arrepende, bem pode ter por certo, que não é do número daqueles, que Jesus Cristo destinou para o seu Reino*.

Esta a que depois de Santo Agostinho, São Prospero e S. Fulgêncio continuaram a seguir e ensinar S. Gregório Magno, Santo Isidoro de Sevilha, S. Bernardo, o Mestre das Sentenças e Santo Tomás.

Esta é finalmente a doutrina que o cardeal Belarmino no Livro II *Da Graça e do Livre Arbítrio*, cap. 11, e o Padre Amelote no seu *Compêndio da Teologia*, Livro I, cap. 16 atestam, *que ao menos por três vezes a tem canonizado a Sé Apostólica; e que assim deve ela ser reputada não como uma opinião deste, ou daquele, mas como a Fé da Igreja Católica*. (*A Biblia Sagrada...* Edição Nova, vol. VI, pp. 579-580).

2. Sobre a graça eficaz por si mesma

Por quanto este incomparável Doutor, conhecendo pela Fé, e também pela experiência que o homem deixado a si mesmo ou às suas próprias forças, nada pode que conduza para uma cristã e verdadeira virtude; se empenhou mais do que todos em persuadir aos fiéis: que só confiem nos auxílios da divina Graça, de si mesma eficaz: que confiados nesta Graça omnipotente se sujeitem fielmente a Deus e à sua divina Lei: e que por esta Lei se governem e conduzam sempre em sua vida moral, dizendo e orando humildemente a Deus: *Da, quod jubes, et jube quod vis: isto é: Dai-nos, Senhor, o que mandais, e mandai o que quereis.*

Molina, pelo contrário, não podendo negar as poucas ou nenhuma forças do homem para o bem sólido e verdadeiro, em lugar de o persuadir a que não regule os seus deveres pelas forças do seu livre arbítrio, mas pelos socorros, que deve esperar da Graça, quer que o homem não espere pela Graça, mas que a Graça espere pelas determinações do homem, de sorte que a Graça não possa mais do que o homem quer que ela possa pelo consentimento da vontade, dantes previsto.

Ora uma vontade corrupta pelo pecado de Adão e um livre arbítrio enfraquecido pela concupiscência; que determinação hão de ter, senão para a corrupção e fraqueza? Eis aqui pois como no *Sistema* de *Molina* obra mais a vontade do homem do que a Graça de Deus. Donde necessariamente se deduz que, devendo o homem acomodar-se e submeter-se à Lei de Deus, há de acomodar-se e submeter-se a Graça de Deus à Lei do homem. Qual é porém a Lei do Homem? É aquela de que fala o Apóstolo, escrevendo aos Romanos: *Eu, diz ele, vejo outra Lei nos meus membros, repugnante à Lei do meu entendimento e que me faz cativo do pecado.*

Santo Agostinho ensina com as divinas Escrituras, e principalmente com as Epístolas de S. Paulo, que o homem depende da Graça de Deus, não só para poder obrar o bem, mas também para que efectivamente o execute. E por isso todo o merecimento do homem reduz Santo Agostinho com S. Paulo a um efeito da Divina Graça, que não só nos ajuda para obrarmos meritoriamente, mas ela também é a que constitui todo o nosso merecimento: *Quid sunt merita nostra, nisi munera tua?*

E como somente pode ser meritório para com Deus o que é feito segundo a graça de Deus, e não pode ser segundo a graça de Deus senão o que é conforme à lei de Deus, daqui vem que no Sistema de Santo Agostinho não pode haver obra boa, ou meritória para com Deus, senão a que for conforme com a sua Lei eterna que é a Lei da justiça.

Pelo contrário *Molina*, imitando os Semipelagianos, ensina que ainda que a Graça ajuda ao homem a obrar bem, contudo não é a Graça a que lhe dá o bom uso; porque o homem é o que dá a si mesmo.

De sorte que quando se chega ao ponto de executar o que deve, ou de vencer a tentação; assim é (diz Molina e os seus *Sócios*) que nunca lhe falta a Graça, mas esta Graça não é a que dá ao homem o cumprir o que deve e o vencer a tentação; o homem é o que junta à Graça o cumprimento de seu dever, e a vitória da tentação. Donde claramente se deduz: *Primo*: Que a Graça Divina está sujeita e dependente do homem, porque ele a leva para onde quer, e como quer; e ele a determina a seu arbítrio e beneplácito. *Secundo*: que a determinação da mesma Graça depende inteiramente das disposições em que o homem se acha; e que por estas disposições é que o homem deve regular a sua vida moral e por elas há-de obrar, como quiser. *Tertio*: Que (como confessam os discípulos de Molina) *o livre Arbítrio do homem é o que como Soberano dispõe da Divina Graça*. *Quarto*: e finalmente se deduz que no *Sistema molinístico* o homem é Senhor da sua conversão, porque a pode ter quando e como quiser.

Por esta causa qualquer *Jesuíta* absolve sacramentalmente a todo o género de pessoas, ainda que justamente se devem julgar impenitentes; porque basta para um *jesuíta* que elas digam (ainda que contradigam com as obras) que se arrependem de suas culpas, para que o confessor assim o creia firmemente; pois crê também que está na mão dos pecadores, quaisquer que sejam, mudar os seus corações com toda a facilidade possível, e por isso converter-se a Deus, como e quando quiserem.

Não se podem facilmente explicar as ilusões, os fanatismos, as aparentes devoções as falsas virtudes, as reincidências nas mesmas culpas com facilidade de cometer outras maiores; e os sacrilégios na recepção dos sacramentos da Penitencia e Sacrosanta Eucaristia; que por este *Systema* e ímpia praxe *Jesuítica* se introduziram até agora na Igreja de Deus com gravíssimo estrago dos fiéis, e desprezo da sólida piedade, que o Evangelho nos ensina.

Mas quem não compreende por aquele paralelo, que o espírito do *Systema* de Molina é o mesmo que se encontra no *Probabilismo* detestável de todos os outros *Sócios*, obstinadamente conservado até agora pelos *Chefes* e por todo o Corpo daquela escandalosa e infecta *Sociedade*? Qual é a regra das acções ou da vida moral que inventaram e ensinaram até agora aqueles *Probabilistas*? É por ventura a eterna Lei de Deus? De nenhum modo; porque eles chamam a esta Lei santíssima um jugo insuportável com que o homem não pode. Medem pois as obrigações do homem, não pelo que Deus manda, nem pelas forças invencíveis da omnipotente e Divina Graça, mas sim pelo que o homem pode, deixado a si mesmo, ou às suas forças naturais. Eles ensinam que se uma consciência obcecada ou um relaxado *Casuísta* lhe ditar que é bom o furto, o homicídio, o adultério, a blasfémia, etc. tanto não peca o homem na execução destas abominações e semelhantes, que antes peca se deixar de as cometer. De sorte que o *Jesuíta Arriaga*

se atreveu a afirmar que pode haver algum caso, em que o ódio formal de Deus seja meritório de vida eterna. E eis aqui como eles, sujeitando a divina Graça, e Lei eterna aos caprichos, cegueiras, fantasias e malícia do homem, propenso e dado a qualquer vício, reduzem a merecimento da eterna vida, o que só é digno do castigo eterno.

Este pois é o espírito do *Molinismo*; esta é a fatal origem das abomináveis laxidões que na Moral dos *Jesuítas* causam horror a todo o mundo, e que ouvidas na Assembleia Geral do Clero de França no ano de 1655, obrigaram, aos pios e doutos Prelados dela a tapar os ouvidos. O que também haviam feito no Concílio Niceno os Santos Padres, quando ouviram as blasfêmias de Ario, como atesta Mr.Godeau, Bispo de Vence, que se achou na primeira das ditas Assembleias.

Esta origem da *Moral* escandalosa, ímpia e execrável que ensinam e praticam os *Jesuítas* foi descoberta há mais de cento e quinze anos por toda aquela Geral Assembleia, quando na Carta Encíclica que no ano de 1655 escreveu, observou e lamentou a Moral dos *Casuístas* da Sociedade denominada de Jesus, dizendo: *Que quando Cristo, nosso Divino Mestre e Exemplar nos dava os seus preceitos e nos deixava os seus exemplos, a fim de que os que crêem nele lhe obedeam; o desígnio destes Autores não parecia outro, que acomodarem os preceitos e regras de Jesus Cristo aos interesses, aos deleites e a todas as humanas paixões.*

No fim do século passado fez a mesma reflexão o douto e pio dominicano *Contenson* quando escreveu a seguinte passagem, digníssima certamente de que todos a leiam: *“Dar-te-ei parte, leitor amigo, de uma reflexão, que tenho feito muitas vezes, e que tem sido aprovada por pessoas de um prudentíssimo juízo e de muito profunda erudição. Ela te fará compreender facilmente, qual é a razão por que os defensores da Graça eficaz por si mesma, são os que seguem e defendem uma Moral mais severa e exacta. É pois a razão, que depois de feito um diligente exame sobre a causa da relaxação que os modernos Casuístas querem autorizar com o seu Probabilismo, se achou que a fonte deste mal era a doutrina da Ciência Média; e que não era para admirar o ver que os que na Teologia Especulativa abatem e aniquilam a Graça do Salvador, adoptem uma Teologia Moral que destrua a Lei de Jesus Cristo.*

Dir-me-ás tu agora: Que tem uma coisa com a outra? Eu to explico. Os Probabilistas modernos conheceram muito bem que as forças do homem caído no pecado eram extremamente fracas e que não havia pessoa alguma prudente, que não pudesse testificar por experiência própria a sua grande fraqueza. Por outra parte eles não admitem esta graça invencível e vitoriosa, que vence todas as dificuldades e impedimentos, porque nenhum obstáculo a detém, como ensina S. Próspero; antes, pelo contrário, só conhecem uma Graça que necessita de esperar pelo consentimento humano que a Ciência Média primeiro deve consul-

tar. Eis aqui, pois, porque eles se empenham em conformar a Lei, não às forças da Graça, mas às debilidades do consentimento que foi previsto. Eles medem as nossas obrigações, não pelas decisões do Evangelho ou sobre a esperança de um socorro, que tudo pode, e que seja o efeito do Decreto eficaz de Deus; mas medem-nas pela regra falsa e torta da corrupção da natureza. Daqui vem que a cada passo encontramos nos casuístas relaxados muitas decisões de que eles não apontam outro fundamento mais do que a debilidade da natureza humana... Os Preceitos, dizem eles, não obrigam com tanto trabalho, porque, se assim fosse, seria insuportável o jugo dos filhos de Adão.

Porém os que são fiéis Discípulos de Santo Agostinho e de Santo Tomás, como sentem a sua fraqueza e se estribam unicamente nas forças da Graça eficaz, têm-se firmes na Lei e não a arrastam a seu favor; porque não é com as suas próprias forças que eles esperam cumprir os mandamentos, mas com as daquele de onde procede todo o bem. Por isto não se cansam em excogitar meios com que enervem ou subterfujam a Lei de Jesus Cristo, mas todo o seu cuidado é pedir incessantemente a Deus a espiritual deleitação da Graça vitoriosa, que fazendo-os morrer a si mesmos os faça viver por Deus, e os una invariavelmente àquele cuja força onnipotente faz a Lei amável ao espírito, por mais dura que esta pareça à carne”.

Tão justa e sólida pareceu ao famoso teólogo da Flandres Opstraët esta passagem de Contenson, que a transcreveu por extenso no terceiro volume das suas *Instituições Teológicas*.

Depois de Contenson e de Opstraët deixaram escrita a mesma observação os quatro Bispos franceses, de Montpellier, Senez, Mirepoix e Bolonha na *Memória que publicaram no ano de 1716* onde dizem assim: “O Livro de Molina é a triste época em que foi atacada tanto a paz da Igreja, como a sua antiga doutrina. Pois este Autor apartando-se dos seguros caminhos da Escritura e da Tradição, não fez reparo algum em publicar um Systema, segundo o qual pode o homem sem escrúpulo repartir entre si e Deus a glória da sua salvação, e gloriar-se da cooperação do seu livre Arbítrio e da Graça”.

(*Doutrinas da Igreja sacrilegamente offendidas pelas Atrocidades da Moral Jesuítica*, pp.38-53).

3. Sobre a vontade salvífica universal (Carta de S. Paulo a Timóteo, cap. 1, v. 4)

(a) - (Deus) quer que todos os homens se salvem. O grande Doutor da Predeterminação e da Graça, Santo Agostinho, vendo por uma parte que são inumeráveis os que se perdem, e por outra que, segundo as Escrituras, tudo o que Deus quer

que se faça, se faz infalível e irresistivelmente, expõe este célebre lugar do Apóstolo, não de todos os indivíduos do género humano, mas de todos os géneros de homens; de sorte que o mesmo seja dizer o Apóstolo que Deus quer salvar a todos os homens, que dizer, que Deus quer salvar a toda a classe, ou a toda a condição de homens, a saber, Reis, Príncipes, nobres, plebeus, doutos, indoutos, ricos, pobres, medianos, meninos, mancebos, varões, velhos, casados, solteiros, servos, livres, fiéis, infiéis, etc. porque de todos estes, e doutros estados, quer Deus eficazmente salvar a muitos, e de todos são muitos os que com efeito se salvam. Assim Santo Agostinho no seu *Manual*: e esta interpretação prefere a todas as outras Santo Tomás na Primeira Parte, Questão XIX, Artigo 6. Segundo ela, a vontade de Deus, de que aqui fala o Apóstolo, é a vontade que os Teólogos chamam *absoluta, eficaz e consequente*; e os que ele compreende debaixo do termo universal *todos* são só os escolhidos, ou predestinados.

S. João Damasceno no Livro II *Da Fé Ortodoxa*, cap. 29, e com ele o comum dos Teólogos Escolásticos, expõe esta vontade de Deus, de que fala o Apóstolo, de uma vontade que eles chamam *antecedente e ineficaz*, que é a com que se considera que Deus primeiramente olha para os homens, como criados por ele, não para os castigar, mas para os fazer bemaventurados. Na qual consideração, como não aparece ainda pecado da parte dos homens, com verdade se pode dizer, que nela quer Deus que todos se salvem: da maneira que o Rei ou o Magistrado, enquanto prescindem dos crimes deste ou daquele réu, se diz que querem que ele viva, e não que morra, e só na suposição dos crimes é que o condenam.

O insigne Estio, depois de referir estas e outras muitas exposições do presente lugar do Apóstolo, adverte judiciosamente que a primeira, por isso mesmo que contrai a universalidade aos géneros, parece ser contra o intento do Apóstolo, que é que se ore por todos os indivíduos da natureza humana, como se vê do verso 1. Acresce mais que esta universal afirmativa de S. Paulo, *Deus quer que todos os homens se salvem*, se deve entender de modo que em lugar dela pudesse S. Paulo escrever estoutra universal negativa da Segunda de S. Pedro, III, 9, *Deus não quer que pereça ninguém, mas que todos tornem à penitencia*. É, porém, manifesto que esta negativa não admite a primeira exposição; logo também a não admite a outra afirmativa.

Quanto à segunda exposição, adverte o mesmo Estio, que ela pelo contrário, estende demasiadamente em Deus a vontade de salvar a todos. Porque se a entendemos de uma vontade antecedente, que olhe para os homens considerados precisamente no estado para que Deus os criou, deveremos confessar que ainda agora quer Deus que se salvem os homens já condenados, e ainda os mesmos demónios: nem se poderá dar a razão que dá o Apóstolo, porque se deve orar por todos os homens, sem que também se conceda (o que é um absurdo intolerável) que se deve orar pelos condenados.

Movido destas reflexões, conclui Estio serem mais prováveis outras duas exposições igualmente célebres: uma do mesmo Santo Agostinho no Livro XXII *Da Cidade de Deus*, cap. 1 e 2 e no Livro *Da Correção e da Graça*, cap. 15. outra de seu discípulo S. Próspero nas *Respostas às Objecções Vicencianas*.

A primeira é que Deus quer que todos os homens se salvem, enquanto faz que nós os fieis queiramos a salvação de todos: da mesma maneira que o mesmo S. Paulo, escrevendo aos Romanos, VIII, 26. diz que *o Espírito Santo roga por nós com uns gemidos inefáveis*; roga por nós, isto é, faz que nós roguemos. Pelo que escrevendo aos Coríntios, dizia o Apóstolo: *Eu me fiz tudo para todos, para ganhar a todos*.

A segunda é que Deus quer que todos os homens se salvem, enquanto mostra que ele assim o quer. E ele o mostra no benefício da Redenção feita por seu Filho Jesus Cristo, que no seu sangue ofereceu ao Eterno Pai um preço de infinito valor; e enquanto mandou por boca do mesmo Filho que se pregasse a toda a criatura o Evangelho e se lhe administrasse o Sacramento do Baptismo, que é onde o preço infinito daquele sangue se aplica efectivamente ao que o recebe, para se salvar; se bem que esta aplicação efectiva a não concede Deus, senão a uns certos que ele predestinou. Esta vontade é a que os Teólogos chamam *de sinal*, que é mais uma vontade metafórica do que própria; pois mais é significação de vontade do que vontade, como adverte o nosso Sotto-maior. (*A Bíblia Sagrada...* Edição Nova, vol. VII, pp. 177-178).

4. Sobre o destino das crianças que morrem sem baptismo

O que os Jesuítas temerariamente afirmam do Limbo dos meninos, que morrem sem Baptismo, isto é, *que aquele lugar é semelhante a um prado coberto de toda a sorte de flores, iluminado com bela luz e exalando um cheiro delicioso* nenhum fundamento pode ter nas Divinas Escrituras e Tradição; antes estas nenhum meio reconhecem depois do Juízo universal entre a bem-aventurança celestial e o fogo eterno. Mas também neste ponto havia de agradar mais aos *Jesuítas* alguma comunicação com os erros de Pelágio do que seguir fielmente a doutrina dos Santos Padres e da Igreja.

O Evangelista S. João em seu Apocalipse nos ensina: *Que serão lançados no tanque de fogo todos os que não estiverem escritos no Livro da Vida*. E S. Mateus em seu Evangelho não refere senão duas sentenças proferidas pelo Soberano e Divino Juiz de vivos e de mortos: uma dirigida aos homens da mão direita ou aos predestinados: *Vinde, benditos de meu Eterno Pai, possuir o Reino que está preparado para vós desde o princípio do Mundo*. E a outra dirigida aos da mão esquerda ou aos réprobos: *Ide, malditos, para o fogo eterno, que foi preparado para o demónio e seus sequazes*.

Ora é certo que as almas dos meninos que morrem sem baptismo nem estão escritas no Livro da Vida nem pertencem ao número dos predestinados que hão de ouvir aquela suavíssima sentença. Se o pecado original não somente consiste na privação da graça justificante, que era própria do estado da inocência, mas também traz consigo uma habitual conversão para o bem comutável ou para a criatura, e com uma desordenada concupiscência é também em todos os homens causa da morte e das penalidades da vida. Com que fundamento teológico se pode asseverar, que além da pena de dano ou eterna privação da vista de Deus, não mereça alguma pena de *sentido* que ao menos seja levíssima?

Santo Agostinho, S. Fulgêncio e outros muitos antigos Padres, dos quais vão aqui alguns citados, expressamente ensinam que estes meninos pela culpa original também hão de padecer alguma pena de *sentido*, ainda que com muito menos rigor do que os adultos.

(Doutrinas da Igreja sacrilegamente offêndidas pelas atrocidades da Moral Jesuítica..., pp. 158-161)

Nota: procedemos à actualização da grafia e as pequenas alterações na pontuação.